

# Experimentação Participativa no Âmbito do Programa Brasil Sem Miséria no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas

*Johny de Jesus Mendonça<sup>1</sup>, Fernando Fleury Curado<sup>2</sup>, Amaury da Silva Santos<sup>3</sup>*

## Resumo

A Embrapa Tabuleiros Costeiros vem desenvolvendo desde 2012 a construção participativa de soluções agroecológicas junto ao Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, no Território Agreste Alagoano. O objetivo deste trabalho é a sistematização de experiências agroecológicas nas Unidades de Experimentação - UE's - em 12 municípios inseridos no PBSM. O processo se constituiu em: caracterização socioeconômica e conhecimento da realidade local; planejamento com sensibilização, visita ao local da experimentação e desenho de mapas da UE's; implantação das UE's e; capacitações em Agroecologia e no manejo de caprinos e ovinos. Conclui-se que a participação dos agricultores no processo de planejamento enfatizou o protagonismo social destes, além de contribuírem para formação de sistemas de produção adaptados a realidade local, sendo assim um processo rico para construção do conhecimento agroecológico.

**Palavras-chave:** Programa Brasil Sem Miséria, agroecologia, metodologias participativas.

<sup>1</sup> Engenheiro-agrônomo, bolsista, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, mendonca.johny@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo, doutor em Desenvolvimento Sustentável, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE, fernando.curado@embrapa.br.

<sup>3</sup> Engenheiro-agrônomo, doutor em Produção Vegetal, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE, amaury.santos@embrapa.br.

## Introdução

A Agroecologia reúne um conjunto de conhecimentos e experiências acumuladas, constituindo-se como importante perspectiva de estudo científico e intervenção, que busca contribuir e promover transformações sociais necessárias para a geração de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis (Caporal, 2009). Para atingir tais objetivos, é fundamental a criação de espaços e momentos integradores que promovam o intercâmbio de saberes entre pesquisadores, técnicos e agricultores. Segundo Gomes (2002) é necessário considerar que os conhecimentos produzidos em outros contextos, além daqueles considerados científicos, também são válidos, colocando-se em discussão a objetividade, a neutralidade e a busca da verdade.

Esta discussão assume maior relevância quando se apresentam relacionadas com políticas sociais focalizadas, como no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). A Inclusão Produtiva é um dos Eixos Estratégicos do PBSM e tem como propósito auxiliar as famílias a desenvolverem atividades que garanta a segurança alimentar e gerem renda, contemplando a participação de jovens e mulheres. A busca da integração destes eixos também orientou as proposições desta pesquisa, voltada para a construção de um projeto de estruturação produtiva em conjunto com as famílias.

O presente trabalho apresenta alguns resultados da pesquisa direcionada para o desenvolvimento de formas de intervenção participativa junto às comunidades e grupos de agricultores familiares no Território Agreste Alagoano (TAA), visando à inclusão sócio-produtiva destes atores sociais no âmbito do PBSM, o qual é direcionado a brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontram-se nesta situação 16,2 milhões de brasileiros. Tal população, mais do que ações assistencialistas, necessita de efetiva inclusão sócio produtiva com enfoque em tecnologias adequadas à sua realidade sócio econômica, socioambiental e cultural.

Nesta direção, a Embrapa Tabuleiros Costeiros em parceria com a ONG “Movimento Minha Terra” (MMT) se envolveu no projeto “Construção participativa de soluções agroecológicas junto às famílias beneficiárias do Plano Brasil Sem Miséria no Território Agreste Alagoano”. O projeto esteve voltado

para o desenvolvimento de metodologias de intervenção junto a comunidades e grupos de agricultores familiares.

## Material e Métodos

O trabalho foi realizado em 12 (doze) municípios do Território Agreste Alagoano (TAA): Arapiraca, Campo Grande, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Traipu, sendo iniciado no ano de 2012. As etapas realizadas do projeto foram: 1) caracterização socioeconômica e oficina de conhecimento da realidade local; 3) planejamento da UE; 4) implantação da UE; 5) capacitações.

### **Caracterização Socioeconômica e Conhecimento da Realidade Local**

A caracterização socioeconômica foi realizada em 12 comunidades localizadas no Território Agreste Alagoano, selecionadas juntamente com o MMT, assessoria técnica contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Primeiramente foi realizada a caracterização socioeconômica das comunidades rurais, sendo realizada de forma transversal, através da sistematização de informações obtidas a partir do conhecimento da realidade local, utilizando dinâmicas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (CHAMBERS, 1992).

O diagnóstico permitiu o levantamento de informações sobre a área total do Território Agreste Alagoano, área dos lotes, bioma e vegetação onde as propriedades estão inseridas, recursos hídricos disponíveis, relevo predominante, principais espécies da fauna local, histórico de criação dos agricultores, elementos de infraestrutura, número de famílias beneficiadas, principais fontes de renda, linhas de créditos já obtidas, divisão de trabalho nas propriedades, programas do governo onde as famílias estão inseridas, tipo de assistência técnica e frequência, tipo de comercialização empregada, principais cultivos, principais criações de animais, uso de insumos e tipos de consórcios. As informações do diagnóstico foram obtidas através de ferramentas participativas (Calendário Sazonal; Matriz de Problemas, Soluções e Levantamento de prioridades, Entrevistas Semiestruturadas, Linha do tempo, Mapeamento Participativo, mapas feitos pelos agricultores, dentre outras

estratégias que favoreceram o diálogo com os agricultores) aplicadas junto aos agricultores e técnicos nas comunidades.

Além disso, foram realizadas pesquisas em fontes secundárias como relatórios dos técnicos que atuam nas localidades a serem estudadas, além da utilização dos relatórios de viagens, imagens e vídeos produzidos durante o andamento do projeto. Finalmente, foram realizadas oficinas junto aos agricultores e técnicos, buscando a reflexão sobre a prática exercida, e socialização das informações sobre a caracterização dos assentamentos.

As ações desenvolvidas favoreceram a formação de Grupo de Interesse – GI em cada comunidade, reunindo agricultores e técnicos que acompanharam diretamente as atividades futuras.

### **Planejamento Participativo**

O procedimento do planejamento das UE's teve como base o enfoque metodológico participativo, com os agricultores sendo provocados a refletir sobre a sua realidade atual e vislumbrar as possibilidades futuras, ou seja, participando ativamente do processo. Utilizou-se para tanto de técnicas do DRP (VERDEJO, 2011). A partir do conhecimento da realidade local foram apresentadas e identificadas as principais demandas tecnológicas da comunidade para serem experimentadas, de acordo com a realidade local.

O planejamento das EU's deu-se a partir de:

- Sensibilização: Foi realizada uma apresentação sobre o tema previamente escolhido pelo Grupo de Interesse na Oficina de Conhecimento da Realidade Local.
- Visita ao local da experimentação: Foram realizadas visitas às propriedades para complementação do diagnóstico de conhecimento da realidade local. Nesta atividade, a equipe técnica teve contato direto com as famílias e um “olhar” aprofundado em relação aos sistemas de produção, a rotina das famílias, a participação da mulher e do jovem, aos principais cultivos, entre outros. A partir desta atividade também foi possível a compreensão coletiva sobre as principais demandas agroecológicas a serem implementadas, recursos locais e externos (insumos e mão-de obra).

- Desenho do mapa da UE's: Os agricultores desenharam a "propriedade desejada" a partir da colagem de figuras representativas dos arranjos produtivos, formas de cultivo e experiências agroecológicas das suas propriedades. Posteriormente, os grupos apresentaram os desenhos permitindo a elaboração de um mapa que, com a intervenção dos técnicos, foi transformado em um "croquis" da UE a ser implantada.

## Resultados e Discussão

Localizada na região central do Estado de Alagoas, o Agreste Alagoano compreende uma área de transição de 5.757 km<sup>2</sup> entre a Zona da Mata e o Sertão alagoano, compreendendo vinte e quatro municípios com um total de 605.126 habitantes (IBGE, 2007).

O processo de ocupação do TAA começou a ser deflagrado por volta dos meados do século XIX, tendo seu primeiro núcleo urbano já constituído em 1835 (LUSTOSA, 2009). À medida que se dava um processo migratório de pessoas, às vezes causados pela seca prolongada no Sertão, automaticamente permitia a formação de pequenos aglomerados de pessoas, onde através do tempo e graça ao desenvolvimento econômico alcançava a condição de vila e posteriormente de cidade (LUSTOSA, 2009). Com isso, a ocupação agrária na região é de pequenas propriedades que empregam mão de obra de origem familiar nas diversas categorias quais sejam: proprietário, arrendatário, poceiro e ocupante. Sendo que, poceiro e ocupante são característica relatadas pelos agricultores desses municípios.

Esse território é composto por municípios caracterizados por baixos índices de desenvolvimento, tendo apenas Arapiraca com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM acima de 0,6 (CARVALHO, 2011), mantendo-os dependentes dos recursos federais que chegam para os estados e municípios como o Plano Brasil Sem Miséria.

A região corresponde a uma faixa de transição fitoecológica, situada entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, onde se registram espécies comuns à flora dos dois biomas, havendo plantas que habitam matas mais úmidas e outras que suportam climas quentes e secos, em geral, plantas xerófitas, espinhentas e decíduas (MDA, 2011). A cobertura vegetal encontra-se fragmentada, bastante degradada ao longo dos anos, pelo uso intenso e indiscriminado do

solo, chegando aos topos de morros e encostas de grande declividade, já, completamente, desprovidos de vegetação natural original.

O Agreste de Alagoas possui uma rica tradição cultural, manifestada em músicas, como as cantigas de roda das “destaladeiras” de fumo e do pastoril; artesanato de utensílios, a exemplo dos candeeiros, panelas de barro; comidas tradicionais como a buchada, pamonha, pé de moleque, beiju, rapadura; danças, manifestadas no Coco de Roda e Pastoril; religiosidade, principalmente em datas como a Semana Santa, as festas juninas; outra importante tradição são as feiras livres com destaque para a que acontece, semanalmente, em Arapiraca, cuja origem remonta ao ano de 1884 (MDA, 2011).

A economia dos municípios da região é baseada na agricultura; pecuária, comércio, destinado ao abastecimento regional (LUSTOSA, 2008), apresentando, ainda, um setor industrial em expansão. Foi evidenciado nos diagnósticos realizados em campo com os agricultores que os principais cultivos são: mandioca, feijão e milho, direcionados para alimentação e sustento da família, e a pecuária com um papel complementar de renda neste sistema.

Durante todos os encontros realizados entre a equipe do projeto, os técnicos e os agricultores vivenciaram momentos de troca de experiências e conhecimentos, fortalecendo e valorizando o saber fazer e a cultura local a partir de um ambiente de ensino/aprendizagem coletivo onde todos aprendem e todos ensinam.

No planejamento da UE, ocorreu a identificação e desenho dos arranjos dos sistemas produtivos nas UE, espaços onde as tecnologias deveriam ser avaliadas. A decisão sobre as atividades desenvolvidas e avaliadas coletivamente nas UE's foi tomada pelos agricultores juntamente com os pesquisadores e assessoria técnica que atuavam nas comunidades.

Observou-se que os agricultores, apesar de trabalharem com uma grande diversidade de atividades produtivas em suas propriedades, optaram por UE's priorizando a produção animal, porém, realizando atividades com foco na alimentação animal e humana, garantindo assim a soberania alimentar. Avicultura e ovinocultura foram os principais temas que nortearam os arranjos produtivos das UE's, exceto Campo Grande e Palmeira dos Índios

que priorizaram mais de um tema, ou seja, suinocultura e olericultura, respectivamente.

Com os temas principais identificados foi planejado com os agricultores e técnicos e extensionistas presentes na oficina de planejamento em cada comunidade, um arranjo produtivo que favorecesse a integração com as culturas para alimentação animal e humano, assim como o enriquecimento dos quintais produtivos.

## Conclusões

A partir dos resultados do presente trabalho foi evidenciado que a abordagem agroecológica permitiu a construção de um ambiente de convivência que valoriza os conhecimentos dos agricultores e, a partir da contribuição dos técnicos, o desenho e redesenho de sistemas de produção consorciados que envolvem a produção animal e de diferentes culturas vegetais. Os Grupos de Interesse foram formados e passaram a desempenhar importante papel no compartilhamento de experiências e no acompanhamento, discussão e avaliação dos resultados alcançados por todos os membros do grupo nas UE's e também em suas próprias áreas de produção.

O trabalho teve continuidade e no próximo ciclo de produção as experiências dos diferentes grupos serão utilizadas constituindo uma rede para os intercâmbios para troca de experiências que deverão servir de base para os ajustes nos sistemas de produção.

Os resultados já alcançados, assim como as perspectivas de avanço dos agricultores no desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis, são frutos de uma reflexão sobre todas as dimensões que afetam suas vidas. O permanente acompanhamento da evolução das condições fundiárias, agrícolas, econômicas, ecológicas e socioculturais da comunidade permitirá potencializar seu próprio desenvolvimento endógeno tendo como base os princípios agroecológicos.

## Referências

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007.

CHAMBERS, R. Diagnóstico Rápido e Diagnóstico Participativo de Sistemas Rurais. **Atualização em Agroecologia**, n. 22, 1992.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: 2009.

LUSTOSA, M. C, J. **Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Alternativa orgânica para a fumicultura do Agreste Alagoano**. Disponível em: <[www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/chamadas-ater/chamadas-2011/chamada\\_04\\_PlanoSafra\\_2011.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/chamadas-ater/chamadas-2011/chamada_04_PlanoSafra_2011.pdf)>. Acesso em 18 jun. 2014.

PETERSEN, P., ROMANO, J.O. (Org.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: ASPTA/Actionaid-Brasil, 1999. 114 p.